



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

É do conhecimento público que o Governo Regional promoveu através do IROA, a construção de uma “lagoa artificial” na Estrada da Falca, Serra da Feteira- Faial, para abastecimento de água à lavoura das freguesias de Castelo Branco, Feteira e Flamengos.

É também do conhecimento público que a obra sofreu diversos atrasos, falando-se mesmo em agravamento do seu custo.

Causou entretanto viva surpresa no Faial e na Região a notícia inserida no semanário “Expresso”, edição de 27/10/01, página 14, sob o título “A Lagoa de César”.

De acordo com essa notícia terá sido ignorado um parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que “desaconselhava a realização da obra naquele local”. É também afirmado que o Professor Doutor João Luís Gaspar terá corroborado a posição do LNEC e “fez sua a preocupação daquele organismo do Governo Regional”. De igual modo é, nessa notícia, atribuída ao Doutor Rui Coutinho a afirmação de que “se tivesse sido feito um estudo de impacto ambiental aquela obra nunca teria sido feita naquele local”.

Por outro lado é dito nessa mesma notícia que o Presidente do IROA garante que “os riscos foram tidos em conta” e “minimizados através de diversas alterações ao Projecto”.

Dada a importância desta matéria uma vez que poderá estar em causa a segurança das populações, nomeadamente da freguesia dos Flamengos, o Grupo Parlamentar do PCP requer ao Governo Regional, ao abrigo das disposições

regimentais e estatutárias aplicáveis, com a maior urgência resposta para as questões seguintes:

1º - A que entidades foram pedidos pareceres sobre o projecto da construção da “lagoa artificial” da Estrada da Falca, Faial?

Requere-se o envio de cópias dos textos integrais desses pareceres.

2º - É verdade que existe um parecer do LNEC a desaconselhar a construção da “lagoa artificial” do Faial no local onde ela foi implantada?

3º - Que alterações foram introduzidas ao projecto inicial? Quais as razões dessas alterações?

4º - Depois de alterado o projecto que entidades foram consultadas?

5º - Qual o custo final da obra? Porque razão teve que haver segunda adjudicação?

6º - Porque razão não foi feito um estudo de impacto ambiental do projecto em causa?

7º - Está o Governo Regional seguro de que todas as questões de segurança foram bem equacionadas no que respeita a este projecto?

Com os melhores cumprimentos.

Assembleia Legislativa Regional, 29 de Outubro de 2001

Os Deputados Regionais do PCP, José Decq Mota e Paulo Valadão”.